



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO AS INFORMAÇÕES ABAIXO!

01. A identificação do candidato dar-se-á mediante o número da inscrição, lançado em todas as páginas, pelo próprio candidato, na parte superior direita do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS. Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. Caderno de Provas, bem como, Caderno de Resposta e Gabarito sem o número de inscrição não serão apreciados para correção pela Comissão.

02. No cartão GABARITO preencha o número de inscrição assinalando-o conforme modelo abaixo:

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 17

0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 173

0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
3	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

03. Confira se o CADERNO DE PROVAS contém:

- 40 (quarenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva, cada uma com 04 (quatro) assertivas;
- 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- 01 (um) tema para a Dissertação.

04. Confira se o CADERNO DE RESPOSTAS contém:

- Folha de resposta com 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- Folha de resposta destinada à Dissertação do tema proposto.

05. Assinale apenas 01 (uma) resposta para cada QUESTÃO OBJETIVA.

06. Preencha o cartão “GABARITO” com caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo integralmente o espaço correspondente à alternativa. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão.

07. As respostas das QUESTÕES SUBJETIVAS e a DISSERTAÇÃO devem ser em letra legível.

08. Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVAS, tão pouco, do CADERNO DE RESPOSTAS e cartão “GABARITO”.

09. Na avaliação das questões subjetivas e dissertativas, considerar-se-á o conteúdo jurídico correspondente ao requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como o domínio do vernáculo, a gramática e ortografia.

10. Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:

- Rasura do cartão GABARITO;
- Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão no cartão GABARITO;
- Marcação incorreta no cartão GABARITO da resposta para a questão;
- Marcação das respostas a lápis no cartão GABARITO ; e
- Ausência de qualquer marcação para a assertiva no cartão GABARITO.

11. Será atribuída nota 0,0 (zero) à questão subjetiva e/ou dissertação:

- Escrita a lápis no CADERNO DE RESPOSTAS (serão consideradas apenas repostas à caneta). Respostas escritas no Caderno de Provas não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para o CADERNO DE RESPOSTAS;
- Sem oferta de resposta escrita (em branco); e
- Respondidas incorretamente.

12. O candidato não deve: riscar, rasurar, amassar, dobrar, sujar o CADERNO DE RESPOSTAS e cartão “GABARITO”. A leitura ótica do cartão poderá estar prejudicada.

13. O tempo de duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões no CADERNO DE PROVAS, o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS (Questões Subjetivas e Dissertação) e do cartão “GABARITO”.

14. É vedado qualquer tipo de consulta (seja de legislação “seca”, “comentada” ou “anotada”, doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários, etc).

15. Não será admitido ao candidato:

- A entrada na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógio, calculadora ou qualquer outro dispositivo eletrônico;
- O uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se os óculos contiver grau.

16. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação fraudulento.

17. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início.

18. Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS e cartão “GABARITO”. Após conferência, entregar ao fiscal e assinar a folha de presença, certificando a entrega.

19. O CADERNO DE PROVAS não será disponibilizado para o candidato levar para casa. Se necessário, o candidato poderá solicitar, por escrito, a vista do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS, junto à Coordenação dos Estágios, localizada no Prédio Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, localizado na Avenida Santos Dumont, nº 710, São Pedro, nesta Capital, no horário das 8 às 12 e 14 às 18 horas.

Após homologação do certame, todos os documentos dos candidatos e cadernos de prova e de resposta serão destruídos.

Boa Vista, 22 de novembro de 2015.

Boa Prova



**XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

**N
Ã
O**

**U
T
I
L
I
Z
A
R**

**E
S
T
E**

**E
S
P
A
Ç
O**



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

01. Diz-se o crime impossível quando:

- A) Nele se reúnem todos os elementos da sua definição legal.
- B) Iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- C) Voluntariamente, o agente desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.
- D) Por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumá-lo.**

02. Em relação ao tempo do crime e ao lugar do crime, o Código Penal adotou, respectivamente:

- A) A teoria da atividade e a teoria do resultado.
- B) A teoria do resultado e a teoria da ubiqüidade.
- C) A teoria da atividade e a teoria da ubiqüidade.**
- D) A teoria do resultado e a teoria da atividade.

03. A embriaguez isenta o agente de pena se for:

- A) Voluntária ou culposa.
- B) Voluntária e o agente apresentar concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 decigramas.
- C) Completa, proveniente de caso fortuito ou força maior e tornar o agente, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com este entendimento.**
- D) Proveniente de caso fortuito ou força maior e o agente, ao tempo da ação ou omissão, não possuir a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com este entendimento.

04. Em relação aos crimes contra a administração pública é incorreto afirmar que:

- A) O peculato de uso configura crime, ao contrário do que ocorre no furto de uso o qual não é punido pelo direito penal.**
- B) A reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença extingue a punibilidade no peculato culposos.
- C) A configuração do crime de prevaricação requer a demonstração não só da vontade livre e consciente de deixar de praticar ato de ofício, como também do elemento subjetivo específico do tipo, qual seja, a vontade de satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- D) O particular pode figurar como coautor do crime descrito no § 1º do art. 312 do CP (peculato-furto). Isto porque, nos termos do art. 30 do CP, 'não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime'. Se a condição de funcionário público é elementar do tipo descrito no art. 312 do CP, esta é de se comunicar ao coautor (particular), desde que ciente este da condição funcional do autor.

05. Sobre a imputabilidade é incorreto afirmar que:

- A) A circunstância de o agente apresentar doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado (critério biológico) pode até justificar a incapacidade civil, mas não é suficiente para que ele seja considerado penalmente inimputável.
- B) Em sede de inimputabilidade ou de semi-imputabilidade vigora no sistema penal brasileiro o critério biológico.**
- C) Imputabilidade é o conjunto de condições pessoais que dão ao agente capacidade para lhe ser juridicamente imputada a prática de um fato punível.
- D) A regra é que todo agente é imputável, a não ser que ocorra causa excludente da imputabilidade, chamada de causa dirimente.



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

06. Sobre as causas de exclusão da antijuridicidade, é correto afirmar que:

- A) O agente que mata um cachorro que o ataca age em legítima defesa.
- B) O ato causador de lesão corporal na prática esportiva não pode ser considerado exercício regular de direito.
- C) A legítima defesa pode ser própria ou de terceiro.**
- D) O policial que prende seu vizinho por vingança, sem saber que existe um mandado de prisão contra ele, age no estrito cumprimento do dever legal.

DIREITO CIVIL

07. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. De acordo com o código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- B) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- C) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.**
- D) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

08. Acerca dos atos jurídicos, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A) Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- B) Quem, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, com exceção se for exclusivamente dano moral, comete ato ilícito.
- C) Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestadamente os limites impostos pela boa-fé ou pelos bons costumes.**
- D) Em regra, mesmo com o fim de remover perigo iminente, a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, constituem atos ilícitos.

09. De acordo com o atual Código Civil, a responsabilidade:

- A) É, em regra, objetiva, excepcionando-se situações expressas de responsabilização subjetiva.**
- B) Continua, em regra, subjetiva, admitida porém a responsabilidade objetiva do empresário, como fornecedor de produtos e serviços, na modalidade do risco integral.
- C) Continua, em regra, como subjetiva, excepcionando-se, entre outras, a hipótese da atividade exercida normalmente pelo autor do dano com risco para os direitos de outrem, quando então a obrigação de reparar ocorrerá independentemente de culpa.
- D) Continua, em regra, subjetiva, não havendo exceção em qualquer hipótese.

10. Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre prescrição à luz do Código Civil brasileiro.

- () A prescrição pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição, cabendo alteração dos prazos por acordo entre as partes quando se tratar de direitos disponíveis.
- () Não corre a prescrição entre ascendentes e descendente emancipado.
- () Prescreve em dois anos a pretensão do filho incapaz para haver do genitor prestações alimentares, a partir da data em que as prestações se venceram.
- () Em se tratando de obrigação indivisível, a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários aproveita ao s demais.



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- (A) F-V-F-V.
- (B) V-F-V-F.
- (C) V-V-F-V.
- (D) F-F-F-V.**

11. Considere as seguintes afirmações acerca do direito de sucessões.

- I) Ao cônjuge sobrevivente é assegurado o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, exceto se casado sob o regime de separação de bens, desde que seja o único, daquela natureza a inventariar.
- II) Na linha descendente os filhos sucedem por estirpe e os outros descendentes, por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.
- III) Concorrendo com apenas um ascendente em primeiro grau, ao cônjuge tocará metade da herança.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.**
- D) Apenas I e III.

12. A atuação do Ministério Público no direito da filiação, para atribuição da paternidade, assume especial importância em sua atuação institucional. Nesse contexto, de acordo com as normas de direito material, assinale a opção certa:

- A) Basta a confissão materna para excluir a paternidade.
- B) A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, torna relativa a presunção da paternidade.
- C) O adultério da mulher, desde que confessado, ilide a presunção legal da paternidade.
- D) O marido pode contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação imprescritível.**

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Assinale a alternativa correta:

- A) Os princípios do contraditório e ampla defesa estão expressos na Constituição Federal e são sinônimos.
- B) A lei processual penal será aplicada imediatamente, ainda que os fatos tenham ocorrido antes de sua vigência.**
- C) O princípio do juiz natural foi incluído no Código de Processo Penal e significa que o juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença em quaisquer casos, de modo que, se for promovido ou licenciado não poderá passar o processo para o seu sucessor.
- D) A lei processual penal não admitirá interpretação extensiva nem aplicação analógica.

14. Acerca do inquérito policial e a ação penal, indique a opção correta:

- A) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, o inquérito poderá iniciar sem ela, o que não se aplica à denúncia.
- B) Se o investigado requerer ao delegado de polícia a oitiva de suas testemunhas de defesa e isso lhe for indeferido, caracterizará ofensa ao contraditório.
- C) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal pública e poderá aditar a queixa na ação penal privada.**
- D) Se o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito e o juiz discordar, caberá ao Tribunal de Justiça dirimir a controvérsia em autos próprios.



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

15. Sobre o tema das provas em processo penal, assinale a alternativa incorreta:

- A) O ônus da prova da alegação incumbe a quem a fizer, e o juiz não poderá ordenar de ofício a realização de diligência, porque isso afrontaria os princípios do contraditório e da imparcialidade.**
- B) A legislação brasileira adota como regra o sistema da persuasão racional, e como exceção a íntima convicção e a prova legal.
- C) As provas derivadas da prova ilícita serão válidas se puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- D) A confissão do réu não poderá suprir a falta de exame pericial nas infrações que deixam vestígios.

16. Sobre prisão e medidas cautelares é correto:

- A) A prisão temporária só é cabível no curso do inquérito e a prisão preventiva somente após a denúncia.
- B) A periculosidade do réu constitui fundamento idôneo a justificar a prisão preventiva como garantia da ordem pública, e a fuga do réu justifica a preventiva por conveniência da instrução penal.
- C) São medidas cautelares diversas da prisão, dentre outras, a proibição de ausentar-se da comarca, a proibição de manter contato com pessoa determinada, o comparecimento periódico em juízo e a proibição de reparar o dano.
- D) É norma legal a substituição, pelo juiz, da prisão preventiva pela domiciliar no caso de uma gestante de alto risco, mas não o caso de um idoso de 75 (setenta e cinco) anos.**

17. Acerca dos procedimentos, assinale a opção correta:

- A) No procedimento de crime de tráfico de drogas, após o oferecimento da denúncia, o juiz notificará o acusado para defesa prévia em dez dias e, se recebida a denúncia, designará a audiência de instrução e julgamento, na qual interrogará o réu e ouvirá as testemunhas de acusação e de defesa, passando em seguida às alegações finais das partes.**
- B) A falta de justa causa para a ação penal implicará na absolvição sumária do acusado.
- C) Será sumário o procedimento que tiver por objeto crime de pena máxima igual a quatro anos.
- D) Na audiência de instrução e julgamento do procedimento ordinário, o réu será interrogado, e em seguida serão ouvidas a vítima, as testemunhas de acusação e as testemunhas de defesa. Após, não havendo diligências, o juiz determinará às partes que apresentem alegações finais orais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Acerca da atuação do Ministério Público no Processo Civil, de acordo com o Código de Processo Civil ainda em vigor, assinale a alternativa incorreta:

- A) O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.
- B) Compete ao Ministério Público intervir nas causas em que há interesses de incapazes.
- C) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.**
- D) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo.



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

19. Sobre os temas Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros, de acordo com o Código de Processo Civil ainda em vigor, assinale a alternativa correta:

- A) Não se mostra possível o chamamento ao processo do devedor na ação em que o fiador for réu.
- B) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá necessariamente ajuizar ação de regresso, não sendo possível nomear à autoria o proprietário ou o possuidor.
- C) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, deverá, até o trânsito em julgado, ajuizar ação de regresso, não sendo cabível, nesse caso, a figura da oposição.
- D) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo e todos devem ser intimados dos respectivos atos.**

20. De acordo com o Código de Processo Civil ainda em vigor, assinale a alternativa incorreta:

- A) O processo civil começa por iniciativa da parte, não podendo, em nenhuma hipótese, se desenvolver por impulso oficial, sob pena de violação ao princípio da inércia da Jurisdição.**
- B) Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas. Serão, todavia, concluídos depois das 20 (vinte) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- C) Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender. Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu. O comparecimento espontâneo do réu supre, entretanto, a falta de citação.
- D) Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.

21. De acordo com o Código de Processo Civil ainda em vigor assinale a alternativa correta:

- A) Extingue-se o processo, com resolução de mérito, quando o juiz indeferir a petição inicial.
- B) Não haverá resolução de mérito quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.
- C) O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença, quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência.**
- D) Observar-se-á o procedimento sumário apenas nas causas cujo valor não exceda a 40 (quarenta) vezes o valor do salário mínimo.

22. De acordo com o Código de Processo Civil ainda em vigor assinale a alternativa incorreta:

- A) É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.
- B) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor; se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las, a sentença as incluirá na condenação, enquanto durar a obrigação.
- C) Compete ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.
- D) Todos os fatos dependem de prova, inclusive os notórios, os afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária e, ainda, os admitidos, no processo, como incontroversos.**



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

DIREITO CONSTITUCIONAL

23. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- A) Águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- B) Organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
- C) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

D) Educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

24. A respeito dos princípios fundamentais, da aplicabilidade das normas constitucionais e dos direitos sociais, assinale a alternativa correta:

A) Sendo os direitos fundamentais válidos tanto para as pessoas físicas quanto para as jurídicas, não há, na Constituição Federal de 1988, exemplo de garantia desses direitos que se destine exclusivamente às pessoas físicas.

B) A referência, na CF/88, à dignidade da pessoa humana, aos direitos da pessoa humana, ao livre exercício dos direitos individuais e aos direitos e garantias individuais não está relacionada aos direitos e garantias do indivíduo dotado de personalidade jurídica ou não.

C) O livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é norma constitucional de eficácia contida.

D) Segundo a doutrina, a aplicação do princípio da reserva legal absoluta é constatada quando a CF/88 remete à lei formal apenas a fixação dos parâmetros de atuação para o órgão administrativo, permitindo que este promova a correspondente complementação por ato infralegal.

25. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

A) A ausência de uma lei de competência exclusiva do Congresso Nacional autorizaria, conforme entendimento do STF, que a mesa do Congresso Nacional propusesse, em qualquer hipótese, uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão para que o STF editasse a regra do caso concreto.

B) O requisito da repercussão geral, no recurso extraordinário, há de ser exigido, conforme entendimento do STF, tanto nos recursos interpostos após o advento da lei ordinária que regulamentou a Emenda Constitucional n. 45/1994, quanto as anteriores, já que constitui pressuposto específico de recorribilidade, matéria processual, que tem de ser aplicada imediatamente.

C) O STF admite, com fundamento no princípio da contemporaneidade, a aplicação da denominada teoria da inconstitucionalidade superveniente.

D) O denominado fenômeno da recepção material de normas constitucionais somente é admitido mediante expressa previsão na nova Constituição.

26. A Constituição Federal (CF) foi o instrumento que representou, no contexto da nova ordem normativa, o elemento decisivo de consolidação jurídico-institucional do Ministério Público (MP). A CF, ao dispensar singular tratamento ao MP, redesenhou o novo perfil constitucional e outorgou a essa instituição e a seus membros atribuições inderrogáveis, explicitando a sua destinação político-institucional, ampliando as suas



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

funções jurídicas e deferindo-lhes, de maneira muito expressiva, garantias e autonomias inéditas na estrutura estatal. Neste sentido, é correto afirmar que:

A) Mesmo que Ministro de Estado seja preso por crime de responsabilidade em Brasília/DF, não cabe a promotor criminal da capital da República denunciar o referido delito perante o STF.

B) De acordo com o regime jurídico do MP, poderá ser homologada pelo Procurador-Geral da República, chefe do Ministério Público Federal, solicitação de promotor de justiça do estado de Roraima que deseje permutar seu cargo público com procurador da República lotado em Brasília, desde que ambos concordem com a mudança de trabalho.

C) O promotor de justiça que substitui outro no transcorrer de um processo fica vinculado ao parecer de seu antecessor.

D) Pelo princípio da indivisibilidade, todos os membros de determinado MP forma parte de um único órgão, sob a direção do mesmo chefe, guiados pelos mesmos fundamentos e com as mesmas finalidades, constituindo, pois, uma única instituição.

27. Com relação às características das normas constitucionais, assinale a resposta correta:

A) Por desfrutarem de superioridade jurídica em relação a todas as demais normas, as disposições constitucionais são autoaplicáveis, não dependendo de regulamentação.

B) As normas constitucionais programáticas definem objetivos cuja concretização depende de providências situadas fora ou além do texto constitucional, traçando metas a serem alcançadas pela atuação futura dos poderes públicos.

C) São consideradas normas materialmente constitucionais as normas que, mesmo não tendo conteúdo propriamente constitucional, possuem em seus enunciados todos os elementos necessários a sua executoriedade direta e integral.

D) As normas constitucionais definidoras de direitos, não investem os jurisdicionados no poder de exigir do Estado prestações que proporcionem o desfrute dos bens jurídicos nelas consagrados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. O art. 37 da Constituição da República impõe à Administração Pública – direta e indireta – a obrigatoriedade de seguir vários princípios básicos, dentre esses princípios não se inclui o: (ANULADA)

A) Princípio da Impessoalidade.

B) Princípio da Eficiência.

C) Princípio da Impessoalidade.

D) Princípio da Legalidade.

29. Identifique o item que representa um exemplo de poder de polícia da Administração Pública:

A) Prisão preventiva de servidor público em flagrante delito.

B) Inspeção em escritório, em busca de documentos, para investigação criminal.

C) Decretar restrição de liberdade a qualquer cidadão.

D) Apreensão de mercadorias vencidas ou estragadas em estabelecimento supermercadista.



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

30. O município de Rorainópolis, no intuito de melhorar o serviço de transporte escolar, editou lei específica, por meio da qual cria empresa pública que fará o referido serviço, antes feito por órgão ligado à Secretaria Municipal de Transportes. Nesse caso, houve:

- A) Concentração de um serviço individual.
- B) Desconcentração de um serviço geral.
- C) Descentralização de um serviço geral.**
- D) Desconcentração de um serviço individual.

31. O procedimento administrativo pelo qual o Estado, compulsoriamente, retira de alguém certo bem, por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, e o adquire originariamente para si ou para outrem, é denominado de:

- A) Tombamento.
- B) Desapropriação.**
- C) Doação.
- D) Encampação.

32. Com relação à teoria dos motivos determinantes, é correto que:

- A) Na formulação dos atos administrativos compostos, dependerá sempre da bilateralidade de vontades.
- B) Mesmo que um ato administrativo seja discricionário, não exigindo, portanto, expressa motivação, esta, se existir, passa a vincular o agente.**
- C) A aplicação mais importante dessa teoria incide sobre os atos administrativos vinculados.
- D) Baseia-se no princípio de que o motivo do ato administrativo não deve guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação de vontade.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

33. Acerca do disposto na lei nº 8.069, de 13-7-1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) assinale a alternativa incorreta:

- A) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- B) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.**
- C) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- D) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

34. De acordo com o previsto na Lei nº 8.429, de 02-6-1992 (Improbidade Administrativa), assinale a alternativa correta:

A) Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

B) As ações de ressarcimento de danos ao erário por ato de improbidade administrativa são sempre prescritíveis.

C) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, é exemplo expresso na lei 8429/92 como ato administrativo que causa enriquecimento ilícito.

D) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não poderá estar sujeito às cominações da Lei 8429/92 até o limite do valor da herança, na medida em que tal fato violaria o princípio constitucional de que a pena não pode passar da pessoa do condenado.

35. Conforme os ditames da Lei nº 8.078, de 11-9-1990 (Código de Defesa do Consumidor) assinale a alternativa incorreta:

A) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

B) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

C) A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

D) O serviço pode perfeitamente ser considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

36. Acerca do disposto na Lei nº 10.741, de 01-10-2003 (Estatuto do Idoso), assinale a alternativa incorreta:

A) É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

B) Não há se falar em obrigação alimentar solidária no Estatuto do Idoso, não podendo, pois, o idoso optar entre os prestadores.

C) O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

D) O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

37. Conforme o previsto na Lei nº 6.938 de 31-8-1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), assinale a alternativa incorreta:

A) Para os fins previstos na Lei 6938/81, entende-se por meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

B) Dentre os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente estão o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, o zoneamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais.

C) De acordo com a Lei 6938/81 entende-se por poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante apenas de atividades que diretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população.

D) Para os fins previstos na Lei 6938/81, entende-se por degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente.



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

38. Assinale a alternativa incorreta:

A) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

B) O acolhimento de idosos em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais

C) De acordo com a Lei 8429/92 reputa-se agente público tão somente aquele que exerce, com remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades da Administração Pública Direta.

D) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/94

39. Assinale a alternativa incorreta:

A) São órgãos da administração superior do Ministério Público do Estado de Roraima, dentre outros, a Procuradoria-Geral de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.

B) São órgão de execução do Ministério Público, dentre outros, os Promotores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público.

C) Incumbe ao Ministério Público a proteção dos interesses individuais disponíveis relativos à família, criança e adolescente, idosos, das minorias étnicas e consumidor.

D) O Ministério Público poderá instaurar inquéritos civis.

40. Acerca dos estagiários do Ministério Público é correto dizer que:

A) O estagiário poderá ser dispensado a qualquer tempo, pelo Procurador-Geral de Justiça ou pelo Corregedor-Geral de Justiça, e obrigatoriamente, quando concluir o curso.

B) São atribuições do estagiário, dentre outras, estar presente às sessões do júri, auxiliando o Promotor de Justiça.

C) O estágio pelo tempo mínimo de seis meses, com aproveitamento satisfatório, conferirá certificado válido como título para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público.

D) É vedado ao estagiário exercer atividades relacionadas com advocacia e funções policiais, judiciárias e religiosas.



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES SUBJETIVAS (5 A 10 LINHAS)

QUESTÃO 01 (PENAL):

João preenche cheque de terceiro e, com a imitação da assinatura do titular, obtém seu pagamento.

Com vistas a situação hipotética apresentada acima responda:

- A) Discorra sobre a tipificação penal da conduta de João;
B) Qual o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre o caso em questão e qual o princípio utilizado pelo tribunal superior para solucionar esse aparente conflito de normas.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 02 (CIVIL):

Sobre a Responsabilidade Civil:

- A) Dê o conceito;
B) Cite e diferencie as espécies.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 03 (CONSTITUCIONAL):

Quais os institutos jurídicos previstos na Constituição Federal que podem ser utilizados para sanar a omissão legislativa? Faça uma breve distinção entre eles.

R
A
S
C
U
N
H
O



**XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O



XI PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – DISSERTAÇÃO (20 A 30 LINHAS)

TEMA:

Recentemente, o Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM, causou polêmica ao trazer a seguinte frase em uma de suas questões: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino”. A frase foi extraída do livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir. O objetivo da questão foi abordar o tema sobre a igualdade de gênero.

Assim, com base no tema, disserte sobre a violência de gênero, abordando os seguintes pontos:

A) Conceito;

B) A Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha): constitucionalidade; medidas protetivas de urgência; aspectos penais e processuais penais.

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O